

L & J DOMINGUES DISTRIBUIDORA LTDA

CNPJ: 28.523.774/0001-16

(35) 98848-2001

alexdomingues\_vendas@yahoo.com.br

À Prefeitura Municipal de Borda da Mata

Setor de Licitações e Compras

Pregão Presencial nº 048/2025 – Processo Licitatório nº 228/2025

L & J DOMINGUES DISTRIBUIDORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 28.523.774/0001-16, com sede na Rua Amilton Pereira Machado, nº 41, Bairro Fátima III, Pouso Alegre – MG, neste ato representada por seu sócio **Luis Eduardo Domingues**, portador do CPF nº 118.781.296-00 e RG nº 18.251.589, vem, respeitosamente, apresentar a presente

#### IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

com fundamento no **artigo 164 da Lei nº 14.133/2021**, segundo o qual:

*“Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.*

*Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.”*

## I – Da Tempestividade

A presente impugnação é **tempestiva**, uma vez que está sendo apresentada dentro do prazo previsto no **art. 164 da Lei nº 14.133/2021**, ou seja, até 3 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão do Pregão Presencial nº 048/2025, agendada para o dia **14 de outubro de 2025**, às 09h30min, conforme edital publicado.

## II – Da Consecução dos Objetivos Licitatórios

Toda a temática da contratação deve sempre se orientar pela **consecução dos objetivos legais da licitação**, de modo que o certame seja estruturado em estrita observância aos princípios e diretrizes fixados na Lei nº 14.133/2021.

A Administração não pode perder de vista que a licitação é instrumento voltado à busca da **proposta mais vantajosa para o interesse público**, inclusive sob a perspectiva do **ciclo de vida do objeto**, bem como deve garantir um procedimento que assegure a **isonomia entre os participantes** e a promoção da **justa competição**.

Nesse sentido, estabelece o artigo 11 da Lei nº 14.133/2021:

**Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:**

**I – assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a**



L & J DOMINGUES DISTRIBUIDORA LTDA

CNPJ: 28.523.774/0001-16

(35) 98848-2001

alexdomingues\_vendas@yahoo.com.br

**Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;**

**II – assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;**

Portanto, é imprescindível que a Administração tome as medidas necessárias para adquirir objetos que respeitem integralmente aquilo que foi previamente estipulado no ETP – Estudo Técnico Preliminar e no TR – Termo de Referência como solução mais vantajosa, sob pena de comprometer a validade e eficácia de todo o procedimento.

Além disso, a observância a esses parâmetros garante um ambiente **transparente e isonômico de disputa**, fazendo prevalecer os princípios do **julgamento objetivo** e da **segurança jurídica**, que devem nortear todo processo licitatório.

### **III – Das Restrições Técnicas e da Ausência de Mecanismos Transparentes de Avaliação**

Como se pretende demonstrar, a forma como foi estruturado o edital carece de mecanismos que possibilitem uma análise transparente e isonômica, visto que em diversos pontos se exigem especificações técnicas que, no ramo de lubrificantes, são amplamente conhecidas **como homologações de montadoras de veículos**.

É imprescindível, portanto, que os itens constantes do Termo de Referência que demandam tais requisitos só possam ser fornecidos por marcas devidamente recomendadas, certificadas e homologadas pelas próprias montadoras (tais como Volkswagen, Mercedes-Benz, Caterpillar, Ford, entre outras).

A grande problemática reside no fato de que é **impossível aos agentes da Administração discernir com precisão** quais marcas realmente cumprem as exigências técnicas, **apenas a partir dos catálogos exigidos** pelo edital.

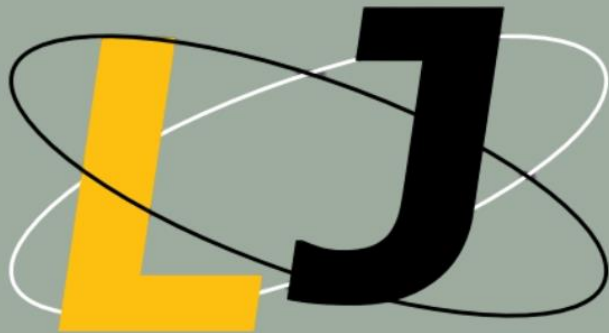
Conforme consta no item **6.8 do Edital, página 7:**

*“A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA O CATÁLOGO DA MARCA OFERTADA PARA VERIFICAÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES E OS REGISTROS NA ANP (AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEL), PARA OS PRODUTOS DE ÓLEO LUBRIFICANTE, CONFORME RESOLUÇÃO ANP Nº 804 DE 20/12/2022 (2ª versão).”*

E ainda, no **item 6.9:**

*“Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.”*

Ocorre que, ao limitar a avaliação a simples catálogos e registros genéricos da ANP, o edital **não garante meios eficazes de comprovar se as marcas ofertadas efetivamente possuem as homologações exigidas pelas montadoras**, fragilizando o julgamento objetivo e abrindo espaço para insegurança jurídica e decisões arbitrárias.



L & J DOMINGUES DISTRIBUIDORA LTDA

CNPJ: 28.523.774/0001-16

(35) 98848-2001

alexdomingues\_vendas@yahoo.com.br

## IV – Importância das Homologações de Montadora de Veículos

Inicialmente, elucida-se que as exigências de homologações de montadora **estão presentes nos descritivos dos itens 07, 11, 12, 15, 17, 19, 26 e 27 do Termo de Referência**, além de se repetirem em diversas passagens do **Estudo Técnico Preliminar – ETP**.

Esse ponto reforça o entendimento da Impugnante de que tais exigências são de extrema relevância e proveito para a Administração Pública, vez que asseguram a aquisição de produtos que efetivamente atendem aos parâmetros técnicos das próprias fabricantes dos veículos da frota municipal.

Ao exigir produtos recomendados, certificados e homologados por montadoras de renome (Volkswagen, Mercedes-Benz, Caterpillar, Ford, entre outras), a Administração afasta o risco de contratação de lubrificantes reconicionados, inconformes ou de baixa qualidade, que poderiam reduzir de forma significativa o ciclo de vida útil dos veículos públicos, comprometendo a execução das atividades administrativas.

Além do aspecto econômico, a exigência de homologações também se justifica no âmbito da segurança pública e do interesse coletivo, uma vez que a utilização de produtos de qualidade duvidosa poderia ocasionar falhas mecânicas, danos ao erário e riscos iminentes à população que depende dos serviços públicos prestados pela frota municipal.

Assim, a Impugnante não se opõe à manutenção de tais exigências no edital; ao contrário, reconhece nelas um instrumento de proteção ao patrimônio público, garantia da eficiência administrativa e preservação do interesse social.

## V – Da Impossibilidade de Comprovação Efetiva

Ocorre que o meio utilizado pela Administração para discernir qual lubrificante possui ou não homologação demonstra-se ineficaz e ineficiente, como se pretende demonstrar a seguir.

O edital exigiu apenas a apresentação de catálogos técnicos da marca ofertada (item 6.8), o que não garante a verificação idônea das homologações exigidas no TR.

Tome-se como exemplo o **item 17 – Óleo Lubrificante 10W40 Diesel**, que requer homologação **MB228.5 (Mercedes-Benz)**. Um licitante poderia, por exemplo, cotar a **marca Petrol** – que, embora não esteja entre as piores do mercado, é de conhecimento geral no ramo que não possui homologações de montadoras na grande maioria de suas viscosidades.

Ainda assim, o licitante poderia apresentar o **Anexo I – Catálogo da Petrol (“Cherte Supremo CK-4 10W40 – Mercedes Benz”)**, no qual supostamente consta a homologação MB 228.51. Porém, ao consultar o site oficial da Mercedes-Benz e extrair o **Anexo II – Homologação Oficial MB228.51**, verifica-se que quem atesta cumprir a norma é a própria fabricante Petrol, e não a montadora de veículos.



L & J DOMINGUES DISTRIBUIDORA LTDA

CNPJ: 28.523.774/0001-16

(35) 98848-2001

alexdomingues\_vendas@yahoo.com.br

Trata-se de uma prática que vem sendo adotada por diversas fabricantes de menor renome e prestígio, com o objetivo de penetrar no mercado público que, historicamente, era atendido prioritariamente por grandes marcas de comprovada qualidade técnica, como Lubrax, Mobil, Ipiranga, Petronas, YPF, Texaco, Total, entre outras.

Essa distorção demonstra, de forma inequívoca, que o simples catálogo técnico não é instrumento hábil para comprovar homologações de montadora, fragilizando o julgamento objetivo e expondo a Administração a contratações que não garantem a solução mais vantajosa prevista no TR e no ETP.

## VI – Da Solução Mais Adequada

Com a expertise de ter participado de centenas de pregões no ramo de lubrificantes e de já ter impugnado dezenas de certames semelhantes, o setor técnico e jurídico da Impugnante identificou que a forma mais eficaz de garantir isonomia, legalidade e segurança técnica na aquisição de lubrificantes homologados é a predefinição de marcas de referência amplamente reconhecidas no mercado.

Trata-se de marcas que possuem tradição e homologações emitidas diretamente pelas montadoras, como: **Lubrax, Ipiranga, Valvoline, Petronas, YPF, Shell, Total, Mobil e Texaco.**

A partir desse padrão, a solução mais adequada consiste em permitir que, **nos casos em que o licitante opte por oferecer marcas distintas das de referência**, seja obrigatória a apresentação de **laudo laboratorial de ensaio comparativo**, demonstrando de forma técnica e inequívoca que o produto atende às normas exigidas e possui **qualidade igual ou superior** ao produto homologado pela montadora.

Esse entendimento já foi acolhido em outros certames, como se verifica no **Edital de Lubrificantes do Município de Extrema/MG (ANEXO III, item 8.6)**, que assim dispôs:

*“Serão aceitos produtos (óleo lubrificante) homologados pela montadora de qualidade similar ou superior às marcas: Lubrax, Ipiranga, Valvoline, Petronas, YPF, Shell, Total, Mobil e Texaco.*

*Nos casos dos produtos cotados não forem da marca de referência, o licitante deverá encaminhar ao pregoeiro 01 (um) laudo técnico de ensaio comparativo com os produtos das marcas sugeridas, de forma a comprovar que o produto atende às normas técnicas pertinentes e possua rendimento e qualidade igual ou superior ao do produto recomendado pela montadora, devendo ser emitido por laboratório credenciado. O laudo deverá possuir data de emissão não superior a 12 (doze) meses da data da realização do pregão. Os laudos devem ser apresentados no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a declaração de vencedor do item pelo Pregoeiro.”*

Esse modelo, além de já consolidado em outros municípios, se mostra o **único mecanismo capaz de assegurar transparência, isonomia e julgamento objetivo**, evitando que produtos sem homologação de montadora ingressem no fornecimento público, colocando em risco o interesse coletivo.





L & J DOMINGUES DISTRIBUIDORA LTDA

CNPJ: 28.523.774/0001-16

(35) 98848-2001

alexdomingues\_vendas@yahoo.com.br

## VII – Risco da não alteração do Edital

### A – Da Aquisição de produtos não homologados

Caso a Administração opte pela manutenção das cláusulas da forma como estão, cristalina será a ocorrência de desequilíbrio nas condições do certame. Isso porque serão diretamente prejudicados os licitantes que optarem por cotar apenas produtos que efetivamente possuam homologações de montadora, conforme previsto no Termo de Referência, haja vista que tais marcas, por atenderem às exigências técnicas, possuem custo naturalmente superior àquelas que apenas declaram possuir homologação sem apresentá-la, ou ainda às que não possuem qualquer certificação, limitando-se a atestar genericamente sua qualidade.

Tal cenário beneficia licitantes que ludibriam a Administração, apresentando propostas com produtos não certificados por montadora e de qualidade inferior, rompendo com princípios basilares da nova Lei de Licitações, constantes no artigo 5º, tais como:

- **Interesse público**, que seria melhor atendido pela aquisição de produtos tecnicamente adequados para a longevidade e segurança da frota;
- **Vinculação ao edital**, pois restariam descumpridas especificações reiteradamente exigidas no TR e no ETP;
- **Igualdade e competitividade**, uma vez que se favoreceria quem não atendeu aos requisitos, em detrimento daqueles que orçaram produtos devidamente homologados.

Nessas condições, as propostas eventualmente vencedoras sem observância às homologações deveriam ser sumariamente desclassificadas, conforme preceitua o **artigo 59 da Lei 14.133/2021**, que determina:

*“Serão desclassificadas as propostas que: II – não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital.”*

### B – DA DESCLASSIFICAÇÃO INJUSTIFICADA

#### B – Da desclassificação injustificada e da insegurança jurídica

De outro lado, ainda que a Administração venha a optar pela desclassificação das marcas menos reconhecidas — mesmo quando estas afirmem em seus catálogos possuir homologações de montadora —, a medida não se sustentaria de forma **motivada, transparente e juridicamente segura**.

Isso porque, embora fosse possível tentar reproduzir uma análise semelhante à desenvolvida nesta impugnação, como no exemplo do **ITEM 17 – óleo lubrificante 10W40 Diesel**, verificando a certificação oficial de cada montadora para cada viscosidade e conferindo a presença ou não de determinada marca nos boletins técnicos, tal procedimento mostra-se **inviável** como regra administrativa. Nem todas as montadoras



L & J DOMINGUES DISTRIBUIDORA LTDA

CNPJ: 28.523.774/0001-16

(35) 98848-2001

alexdomingues\_vendas@yahoo.com.br

disponibilizam publicamente tais documentos em seus sítios eletrônicos ou canais oficiais, de modo que não seria possível utilizá-los de forma uniforme e consistente como base técnica para futuras desclassificações.

Dessa forma, eventual decisão fundada em **mero subjetivismo do agente de contratação**, ou na argumentação de que a marca X possuiria maior renome que a marca Y, acabaria por gerar **insegurança jurídica**, por carecer da devida fundamentação técnica exigida pela lei. Em última análise, o certame ficaria exposto ao risco de anulação, em afronta aos princípios da **motivação dos atos administrativos** (art. 2º da Lei nº 9.784/1999, aplicável subsidiariamente) e da **segurança jurídica** (art. 5º, caput, da Constituição Federal), que devem nortear toda contratação pública.

## VIII – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o exposto, resta evidente que a Administração se vê inclinada e sujeita à única opção juridicamente cabível: **alterar as cláusulas do edital**, de modo a ajustar a dinâmica de avaliação das especificações técnicas constantes no Termo de Referência. Tal medida é indispensável não apenas para a preservação da **legalidade, da segurança jurídica e da competitividade**, mas também para a proteção da coletividade, que depende do regular funcionamento da frota municipal para ter garantido o acesso a direitos fundamentais prometidos pelo Estado, tais como **saúde, segurança e educação**.

## Pedidos

Diante disso, requer-se:

1. **Acolhimento da presente impugnação**, com a consequente **alteração do edital**, de modo a estabelecer critérios objetivos e verificáveis para a comprovação das homologações exigidas, especialmente mediante a predefinição de marcas de referência amplamente reconhecidas e a exigência de laudo laboratorial comparativo para marcas diversas.
2. **Retificação das cláusulas do Termo de Referência e do Edital**, a fim de garantir a vinculação ao instrumento convocatório, a isonomia entre os licitantes, a competitividade do certame e a efetividade do princípio do interesse público.